



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES  
DIRETORIA GERAL

P R O T O C O L O

PROCESSO nº 141/98 de 22 de julho de 1998

INTERESSADO: Vereador ALCINDO GABRIELLI

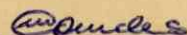
LOCALIDADE: Bento Gonçalves

ASSUNTO: "PROÍBE AS EMPRESAS LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE BENTO GON-  
CALVES DE PROMOVEREM REVISTAS ÍNTIMAS NOS FUNCIONÁRIOS"

PROJETO-DE-LEI nº 020/98 de 21 de julho de 1998

COMISSÕES DE: Constituição e Justiça;Finanças e Orçamento;Direitos Hu-  
manos, Assistência Social e Defesa do Consumidor

ARQUIVADO EM: \_\_\_\_\_



Secretário-Geral



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Câmara Municipal de Bento Gonçalves**  
Palácio 11 de Outubro

Exmo Sr.

Vereador IVAR LEOPOLDO CASTAGNETTI.

M.D. Presidente da Câmara de Vereadores.

Nesta.

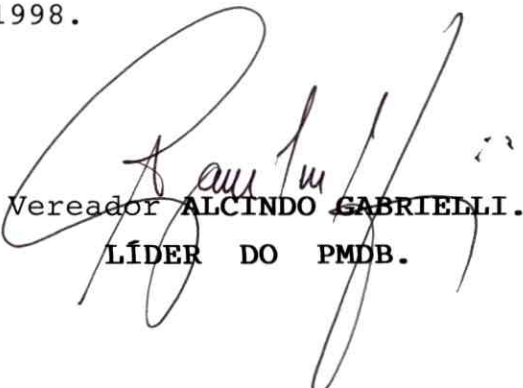
Senhor Presidente:

O Vereador **ALCINDO GABRIELLI**, Líder da Banca do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, ao cumprimentá-lo cordialmente, vem, respeitosamente, à presença de V.Exa. REQUERER ' se digne determinar o encaminhamento para apreciação e deliberação do Plenário da Colenda Câmara Municipal de Vereadores, do presente Projeto de Lei, que **"PROÍBE AS EMPRESAS LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES, DE PROMOVEREM REVISTAS ÍNTIMAS NOS FUNCIONÁRIOS"**.

Acostada ao presente petitório, a justifica relacionada com o Projeto de Lei acima mencionado.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento.

Sala de Sessões **FERNANDO FERRARI**, aos vinte e um dias do mês de julho de 1998.

  
Vereador **ALCINDO GABRIELLI**.  
LÍDER DO PMDB.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Câmara Municipal de Bento Gonçalves**  
Palácio 11 de Outubro

**PROJETO DE LEI Nº 020 , DE 21 DE JULHO DE 1998.**

**PROÍBE AS EMPRESAS LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES DE PROMOVEREM REVISTA ÍNTIMAS NOS FUNCIONÁRIOS.**

**DARCY POZZA**, Prefeito Municipal de Bento Gonçalves.

Faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - As empresas privadas, os estabelecimentos comerciais, os órgãos de administração direta e indireta, as sociedades de economia mista, as autarquias e fundações em atividade no Município de Bento Gonçalves, ficam proibidas de promover revistas íntimas em seus funcionários e funcionárias, por parte de seus empregados, prepostos ou contratados.

**Art. 2º** - O descumprimento do que dispõe o artigo anterior, sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

- I** - multa de 500 UFIR ( quinhentas Unidades Fiscais de Referência), calculadas na data da ocorrência da ação da empresa, preposto ou contratado;
- II** - aplicação de multa de 1.000 UFIR ( mil Unidades Fiscais de Referência ), calculadas na mesma forma e em caso de reincidência.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A cada ocorrência de nova reincidência, será acrescido à multa prevista no inciso II, o percentual '



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Câmara Municipal de Bento Gonçalves**

Palácio 11 de Outubro

...

de 20% ( vinte por cento ), de forma cumulativa.

**Art. 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**, as vinte e em dias do Mês de julho de mil novecentos e noventa e oito.

**DARCY POZZA.**

**PREFEITO MUNICIPAL.**





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Câmara Municipal de Bento Gonçalves**

Palácio 11 de Outubro

**JUSTIFICATIVA.**

A proposição do presente Projeto de Lei que  
" **PROÍBE AS EMPRESAS LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES DE PROMOVEREM REVISTAS ÍNTIMAS NOS FUNCIONÁRIOS** " é justificado pelos seguintes aspectos:

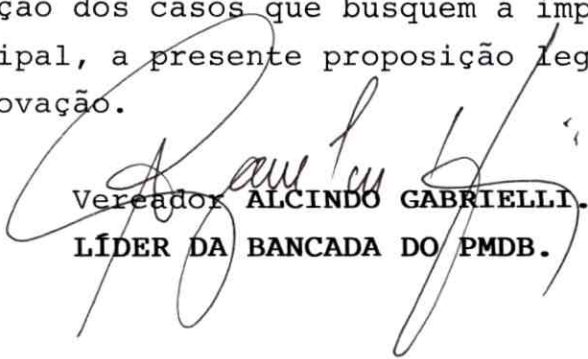
Inicialmente, destacar que o Projeto de Lei apresentado não visa qualquer desrespeito ao direito de propriedade, uma vez que existem outras formas para a preservação do mesmo.

Em algumas ocasiões, a verificação de reclamações quanto a determinados procedimentos, com o objetivo de verificar a ocorrência de possíveis apropriações, as quais importam em constrangimento da funcionária ou funcionário.

Por outro lado, de certa forma, o objetivo do projeto apresentado é a plena aplicação de dispositivo Constitucional, que prescreve a inviolabilidade da intimidade e honra das pessoas. No presente caso, de funcionários e funcionárias.

Da mesma forma, a presente proposição legal não deixa margem para qualquer dúvida quanto a existência da obrigação de homens e mulheres serem obrigados a participarem de qualquer revista íntima, a não ser por determinação judicial e através de autoridade competente.

Assim, com o intuito de discussão e posterior regularização e coibição dos casos que busquem a imposição de revista íntimas no âmbito municipal, a presente proposição legal busca a prosperidade através de sua aprovação.

  
Vereador **ALCINDO GABRIELLI.**  
**LÍDER DA BANCADA DO PMDB.**

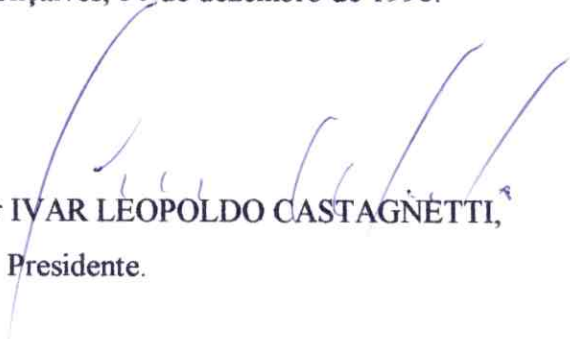


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**Câmara Municipal de Bento Gonçalves**  
Palácio 11 de Outubro

**DESPACHO**

Em conformidade com o Artigo 99, do Regimento Interno desta Casa, determino o arquivamento do Processo nº 141/98, de 22 de julho de 1998, que “ PROÍBE AS EMPRESAS LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES DE PROMOVEREM REVISTAS ÍNTIMAS NOS FUNCIONÁRIOS.”

Bento Gonçalves, 30 de dezembro de 1998.

  
Vereador IVAR LEOPOLDO CASTAGNETTI,  
Presidente.